

# A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E O DEVER DA MEMÓRIA: O CASO DA UFABC NUM NOVO CONTEXTO DE RETOMADA DA DEMOCRACIA<sup>1</sup>

Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho<sup>2</sup>

Luana Hanae Gabriel Homma<sup>3</sup>

Caroline Barbosa Silvério<sup>4</sup>

## Resumo

A comunicação parte do pressuposto de que a universidade pública, como equipamento cultural, não deve se abster de considerar as memórias locais como espaço de interlocução; sendo instrumento capaz de historicizar o território que a contém e lhe impõe demandas, ao mesmo tempo que por ela é impactada. Essa ideia será desenvolvida a partir da experiência com o projeto de extensão e cultura “Memória e Justiça Reparativa: A memória dos/as Anistiados/as e Anistiandos/as como Patrimônio Histórico Cultural”, que se debruçou sobre o trabalho de salvaguarda das entrevistas realizadas em parceria com a Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC (AMA-A); a Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho; pesquisadores e discentes de Instituições Públicas do Ensino Superior; e que compõe uma agenda de pesquisa relacionada à violação dos Direitos Humanos pelo Estado brasileiro durante a Ditadura Militar (1964-1985). Trata-se de depoimentos de metalúrgicos/as, coletados por meio da História Oral, acerca de suas participações políticas na fábrica e no sindicato durante o regime de exceção vivido. A realização do projeto evidenciou a importância da Universidade na organização e comunicação de acervos históricos, na medida em que a reflexão comprometida com a seriedade das análises científico-sociais é capaz de realizar a mediação política de tais narrativas frente a um revisionismo histórico de natureza negacionista. Por outro lado, a pouca idade da Universidade e a consequente ausência de uma política de memória robusta não permitem a realização contínua de tal potencialidade. Discutiremos os desdobramentos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Simpósio Temático História Oral, Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais durante o 15º Encontro Regional Sudeste de História Oral: Memória Corpo Mundo. O trabalho foi realizado com financiamento do Programa de Apoio às Ações de Cultura - Proec/UFABC (PAAC) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) - Bolsa

<sup>2</sup> Universidade Federal do ABC. Professora Adjunta do CECS na Universidade Federal do ABC. E-mail: gabriela.marinho@ufabc.edu.br.

<sup>3</sup> Universidade Federal do ABC. Doutoranda no Programa de Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC. E-mail: luana.homma@ufabc.edu.br.

<sup>4</sup> Universidade Federal do ABC. Mestranda no Programa de Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC. E-mail: caroline.silverio@ufabc.edu.br.

possíveis de tal experiência de trabalho com o acervo da AMA-A na perspectiva de contribuir para a implementação de uma política de memória interessada no mundo do trabalho partindo, inicialmente, do contexto local da região do ABC paulista. Para tanto mobilizamos conceitos como História Pública, arquivos provocados, Memória/História, Comunicação/extensão.

**Palavras-chave:** História Pública; Metalúrgicos; Sindicato; ABC Paulista; Universidade Pública.

## **Introdução**

O projeto de extensão e cultura “Memória e Justiça Reparativa” foi uma forma de continuar a ação dialógica estabelecida durante o projeto “Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais: análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 70” (LEITE LOPES e HEREDIA, 2019). O diálogo estabelecido no percurso da pesquisa foi entre academia (UFABC, USP e UFRJ) e Sociedade Civil Organizada (AMA-A), quando alguns/as dos/as pesquisadores/as convergiram seus estudos com o projeto “Memória de Vida e de Luta” de autoria dos operários e operárias perseguidos(as) durante a ditadura militar no Brasil, a partir da Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiados do ABC (AMA-A). Este encontro provocou arquivos (ALBERTI, 2004) na medida em que fora capaz de produzir narrativas acerca de experiências não registradas em instituições oficiais. E a ação de extensão logrou seu intento de conferir sentido comunitário à pesquisa na medida em que trabalhou com o acervo de História Oral gerado neste encontro como patrimônio histórico-cultural, ou seja, adotou medidas de salvaguarda da fonte oral gerada com o horizonte de devolução de resultados para AMA-A; de comunicação pública; e de continuidade de escuta e trabalho com as narrativas dos/as trabalhadores/as. A expectativa é de mobilizar demais redes da sociedade civil que trabalham e militam com memória, justiça e reparação: sejam elas acadêmicas ou não; a fim de convergir e fortalecer os arquivos ora provocados.

O trabalho ganha maior vulto com a recente crise política vivida desde o impeachment de 2016, interpretado, ao longo das narrativas, como um golpe que continua a violência vivida durante os anos de ditadura militar. E essa percepção de um tempo histórico não acabado é objetivamente observável nos indeferimentos e pendências de pedidos de anistia durante o período de exceção que acabamos de vivenciar (VILELA, 2023). No que diz respeito à

Anistia, portanto, aqueles e aquelas que tiveram suas vidas diuturnamente e violentamente impactadas pela ditadura militar no Brasil (1964-1985), ainda hoje se mobilizam em torno do a) reconhecimento do Estado pela violência praticada, b) da reparação individual em decorrência da reclusão e das demissões a que foram submetidos; e c) em torno da reparação coletiva. Essa mobilização é que institui a Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiados do ABC, entidade juridicamente criada como espaço coletivo de encaminhamento dos possíveis processos dos Metalúrgicos/as do ABC perseguidos/as.

Este breve texto pretende refletir sobre a reparação coletiva, considerando o dever da memória da Universidade Brasileira a partir de uma experiência local, desde a perspectiva de integrantes do projeto (autoras e entrevistados). As instituições de ensino superior possuem uma posição estratégica na legitimação das experiências traumáticas coletivas, que caracterizamos na reflexão que se segue.

### **Políticas de memória e reparação no Brasil (1988-2023)**

O Brasil passou por um período de arbítrio a partir do golpe civil-militar de 1964, que se interrompeu gradualmente nos anos 1980, tendo a Constituição de 1988 como marco do retorno democrático. A partir de então o termo “redemocratização” foi bastante utilizado, sendo até hoje reivindicado. Neste sentido, a chamada “justiça de transição” se impõe enquanto não estiverem todos os fatos esclarecidos e as violações perpetradas pelo Estado, reconhecidas e reparadas. O termo foi cunhado pela historiadora argentina Ruti Teitel, em 1991, se referindo “aos processos de transformação política e jurídica nos contextos de transições para as ‘novas democracias’ na América Latina e na Europa do Leste” (SANTOS, Cecília MacDowell, 2010, p. 129). O ex-presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Juan Méndez (apud SANTOS, Cecília MacDowell, 2010), qualificou como quatro as áreas de atuação para a justiça de transição: a responsabilização penal de violadores de direitos humanos; o direito à verdade e à informação; a tomada de medidas simbólicas ou indenizações, de maneira reparatória; e, por fim, impedir que se mantenham em funções estatais os funcionários que cometeram violações aos direitos humanos. Apesar de aparecer como uma das áreas especificamente, o direito à memória e à informação permite ainda que as outras abordagens aconteçam, evidenciando os violadores para responsabilizá-los, ou ainda possibilitando reparação às vítimas do regime.

Ainda durante a ditadura militar iniciativas que colocam luz aos acontecimentos do período foram levadas a cabo por relevantes atores políticos. O projeto “Brasil: Nunca mais”

(BNM), desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo, ainda nos anos oitenta, resultou na publicação do livro de mesmo nome, e evidenciou fatos como torturas praticadas no período, a partir de depoimentos prestados por réus nos tribunais militares, arquivados pelo Estado brasileiro e acessado por advogados envolvidos com o projeto. Este trabalho foi realizado sob coordenação de Dom Paulo Evaristo Arns e do Reverendo Jaime Wright<sup>5</sup>. Em 1979 a Associação de Docentes da Universidade de São Paulo publicou o chamado “O Livro Negro da USP: O Controle Ideológico na Universidade”<sup>6</sup>, que também evidenciou casos de perseguição do regime, neste caso na instituição universitária do estado de São Paulo.

Outras iniciativas no sentido de busca por memória e reparação foram tomadas, tanto pelo Estado quanto por membros da sociedade civil. Pode-se pontuar, por exemplo, os trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), criada em 1995, pretensamente extinta em 2022, no fim da gestão de Jair Messias Bolsonaro, após longo período de desmonte. Em seu discurso de posse (em 4 de janeiro de 2023)<sup>7</sup> Silvio Almeida, ministro dos Direitos Humanos do governo Lula, trouxe a defesa da memória, verdade e justiça como primeiro ponto de reconstituição do ministério, e declarou o desejo de reconstituir esta Comissão, o que foi realizado. A CEMDP teve sua criação atrelada ao reconhecimento de mortos e desaparecidos políticos, sua localização e apoio à definição de indenização a seus familiares.

É importante recordar que a Lei de Anistia, aprovada em 1979, é também fonte de dissenso (HOMMA; MARINHO, 2021): a luta por anistia no país nasce enquanto reivindicação popular, visando perdão amplo, geral e irrestrito para os que combateram a ditadura e por isso foram perseguidos e presos (ABRÃO; TORELLY, 2010). Por outro lado, a lei aprovada excluiu os acusados de participação em luta armada no período, garantindo também a anistia aos colaboradores do regime (BRAGATTO; PAULA, 2011; OLIVEIRA; MARINHO, 2013). Apesar desta interpretação, a carta magna do país rejeita a anistia bilateral, ou seja, a que inclui tanto os perseguidos quanto os perseguidores (ABRÃO;

---

<sup>5</sup> O Rev. Jaime Wright foi irmão de Paulo Stuart Wright, deputado estadual de Santa Catarina cassado e desaparecido durante o regime. Paulo Wright foi posteriormente homenageado nomeando a Comissão da Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>6</sup> Recentemente o livro foi republicado sob o título “O Controle Ideológico na USP (1964-1978)”, evidenciando a preocupação com o racismo linguístico presente no uso do termo “negro” com conotação depreciativa, negativa.

<sup>7</sup> TV Fórum. Discurso histórico de Silvio Almeida na posse como ministro dos Direitos Humanos (íntegra). Youtube (online). 41min19s. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=a\\_K22W7R1Gs](https://www.youtube.com/watch?v=a_K22W7R1Gs). Acesso em 06 de junho de 2023.

TORELLY, 2010). Em 2002, é criada a Comissão de Anistia, também sob gestão da pasta de Direitos Humanos e Cidadania. Esta comissão teve como finalidade a análise dos requerimentos de anistia feitos por perseguidos no período, e também foi atacada durante a gestão de Bolsonaro. Em março de 2023, no entanto, Eneá de Stutz e Almeida, a presidente da Comissão, afirmou que seriam revistos milhares de processos negados erroneamente pela administração daquele governo (COMISSÃO, 2023).

Por fim, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em novembro de 2011, foi também um marco na busca por memória e verdade no Brasil. Voltada para os casos de graves violações aos direitos humanos, esta comissão teve como objetivo esclarecer casos de “detenções ilegais e arbitrárias, torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres” (BRASIL, 2014, p. 38). À CNV se seguiram comissões estaduais, municipais e temáticas, fenômeno que Holanda e Israel (2019) chamam de comissionismo. Evidencia-se a relevância da universidade brasileira no processo de recuperação da memória da ditadura militar no Brasil também a partir da instituição de comissões universitárias em diversas instituições do país (HOMMA; MARINHO, 2021).

Entendendo a memória como atual, atuando enquanto elo entre o passado e o presente (ANSARA, 2012), compreende-se neste artigo, assim como Santos et al. (2010, p. 14), que “a democracia e a memória política não são resultado de um processo histórico linear, singular e acabado, com início, meio e fim, mas sim uma construção social e política sem fim, a ser constantemente aprimorada, que envolve múltiplos atores políticos e sociais.”

Os avanços e retrocessos são acompanhados e alimentados por disputas em torno das narrativas acerca do período militar, que são evidentes desde o golpe até hoje. Esta questão já foi ilustrada anteriormente, com a criação, extinção e desejo de recriação da CEMDP, mas evidencia-se ainda em outros casos. A própria CNV enfrentou críticas de pessoas contrárias a sua criação, que a consideraram uma institucionalização de um revisionismo histórico de cunho revanchista (ALMADA, 2021). Compõem o grupo por trás do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, militares e apoiadores que sentiram a CNV como um ataque direto às instituições que representam. Entre os votos de parlamentares pelo impeachment da presidenta, um deles se destacou: Jair Messias Bolsonaro, então deputado federal, dedicou seu voto ao coronel Brilhante Ustra, torturador, a quem Bolsonaro se referiu como “o terror de Dilma Rousseff”. Dois anos depois, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil, e as medidas institucionais tendo como base a justiça de transição adotadas até então foram desestruturadas.

## **Universidade e memória**

Sendo um espaço dedicado ao livre pensar, e portanto à produção e difusão de conhecimento, bem como ao debate qualificado, a universidade tem uma especial relevância em contextos de exceção. Esta importância é seguida por uma grande perseguição: no Brasil, por exemplo, dentre os 434 assassinados pelo regime militar contabilizados pela Comissão Nacional da Verdade, 47 eram da Universidade de São Paulo (CVUSP, 2018). O caráter propositivo e questionador da instituição universitária é evidente ainda na relevância dos movimentos estudantis no período: no caso brasileiro a UNE mobilizou estudantes em todo o país (POERNER, 2004).

Mas eu estava falando que esse tema atravessa meu interesse há tempos. Porque? Porque primeiro a União Nacional dos Estudantes, né? Porque quando você está no movimento estudantil você passa a entender toda a rede do movimento estudantil, e a UNE carrega essa história. Pô, a vice-presidente da UNE foi assassinada na Guerrilha do Araguaia. Então vários dos quadros políticos da UNE caíram na ditadura, ou melhor, lutaram contra a ditadura e por isso entraram na história do nosso país. (Entrevistada, 2022)

A Adusp, como já pontuado, foi também bastante relevante ao publicar o chamado “O Livro Negro da USP”, com denúncias sobre a perseguição do regime aos membros da comunidade universitária (ADUSP, 1979). Para o processo de redemocratização, a universidade se mostrou também bastante ativa, bem como para o debate político no país. A UFABC, a despeito de não existir durante o período de perseguição política, tem no movimento estudantil espaço para mobilização da memória, como nos conta uma das discentes que compõem o projeto de extensão:

[...] Agora que você comentou, a gente fez um encontro uma vez com o Rafael Martinelli, que faleceu recentemente também. Ferroviário, preso, torturado pela ditadura, e que a gente chamou ele para vir aqui na UFABC, contar para gente a história da resistência dos Ferroviários. Então a gente tem essa relação, de chamar os que vieram antes de nós. (Entrevistada, 2022)

Em relação ao período militar, diversas universidades seguiram na esteira da Comissão Nacional da Verdade, instituindo suas próprias comissões da verdade (HOMMA; MARINHO, 2021).

A Universidade Federal do ABC foi criada em 2006, e portanto não existia durante o regime militar, o que impossibilita a criação de uma comissão da verdade universitária na instituição. No entanto, a UFABC é fruto de lutas sociais que, desde os anos 1960, demandam uma universidade pública na região (ZIMERMAN; SILVA; OLIVEIRA, 2010).

No entanto, tendo em vista essas questões, durante a ditadura militar os ataques e lutas na região do ABC paulista foram constantes e nacionalmente conhecidos (tendo sido berço político, inclusive, do presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva). Sendo fruto de lutas sociais, a UFABC deve, então, assumir um papel em relação à memória destes atores.

### **Memória e Justiça Reparativa: extensão e política de memória na UFABC**

Desde seu início, o **projeto de pesquisa** realizado a partir das narrativas dos/as anistiados/as e anistiandos/as mobiliza docentes e discentes que realizam pesquisas e formações com temáticas relacionadas à história e memória do trabalho no Brasil para atividades colaborativas com a iniciativa da Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos do ABC (AMA-A). A dimensão **formativa (ensino)** é a que orienta as ações no compartilhamento de narrativas dos(as) operários(as) perseguidos(as) com discentes da graduação e da pós graduação, conferindo protagonismo dos associados na realização das entrevistas e protagonismo dos discentes na elaboração de roteiros e nas ações curatoriais de pós entrevista (**extensão**); resultando na proposição conjunta de eventos e atividades que versam sobre a memória, trabalho e universidade.

Nas palavras de um dos associados:

Então, a gente tem um trabalho nesta perspectiva, de, construir a memória histórica dos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente de quem não teve sua história registrada, mas teve uma participação efetiva nas lutas dos metalúrgicos e metalúrgicas do ABC. Na época atuantes, ainda era Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (Entrevistado, 2022)

Nas palavras do entrevistado, que é um ex-sindicalista operário anistiando, há uma apresentação do projeto como um espaço de provocar arquivos, de escutar histórias que não encontramos nos arquivos do DOI-CODI, nas ouvidorias de polícia, no Arquivo do Estado. E para a escuta dessas narrativas, tampouco os associados buscam por essas instituições: a parceria que se estabelece é justamente com Universidade Públicas e o canal de comunicação dos trabalhadores (TVT).

O tema tratado na proposta é, portanto, de interesse público. O projeto de cultura e extensão proposto é ele mesmo, fruto da demanda dos atores políticos e sociais do território. E quando apresentado aos estudantes, foram as discentes integrantes do projeto (e também do

movimento estudantil) que apontaram para a necessidade do projeto atentar-se para seus aspectos e potencialidades extensionistas, no sentido de tornar públicas as narrativas.

As atividades e reflexões advindas do trabalho com a extensão faz perceber que a reparação coletiva não se direciona apenas àqueles e àquelas que vivenciaram a perseguição do Estado durante a ditadura-militar, mas também, num ato mais utópico, se direciona a todos nós cidadãos/ãs brasileiros e brasileiras que sofremos com o retorno de um discurso autoritário desde 2016. Uma das estudantes<sup>8</sup> participantes sugere a institucionalização de uma política de memória na Universidade, nos seguintes termos :

[...] tem a ideia do centro de memória, mas essa ideia, que a gente ainda não conseguiu materializar, de lutar de maneira mais intensa para que isso se torne público, todo esse tema, que saia um pouco da nossa bolha de quem já debate esse tema. Se a gente tivesse estrutura, se tivesse uma sede, tivesse, sei lá, recurso para mídia. A gente já conseguia fazer mais coisas, eu acho. Eu acho que o projeto pode... Vou dar um exemplo: porque a extensão nem sempre é contínua, a gente tem muitos projetos extensionistas que tem prazo de validade, eu acho que esse é um projeto que não tem prazo de validade enquanto a obra não estiver completa. Enquanto o Brasil não reparar essa história a gente precisa existir. (Entrevistada, 2022)

### **Considerações finais**

O trabalho de salvaguarda do acervo das narrativas dos/as metalúrgicos/as anistiados e anistiandos do ABC apresenta-se como um espaço potente de constituição da memória dos mundos do trabalho no ABC paulista e, por isso mesmo, espaço de produção de conhecimento sobre o território que contém a própria instituição. O momento de salvaguarda e de comunicação do acervo, propiciando pela extensão, evidenciaram o quanto as narrativas ora mobilizadas versam sobre acontecimentos históricos ainda em trânsito, e que de algum modo implicavam a Universidade enquanto espaço político. Evidenciaram ainda que a contrapartida que a Universidade “deve” ao público tem relação direta com a garantia da Democracia. A vulnerabilidade a que são expostos os perseguidos e presos políticos da ditadura expõe a todos/as cidadãos a uma vulnerabilidade cidadã frente ao Estado Brasileiro, que seja, uma vulnerabilidade de natureza política e judiciária, a mesma que possibilitou assassinatos e

---

<sup>8</sup> Entrevista realizada para comunicação apresentada no “IV Simpósio Internacional Comunicação e Cultura: Aproximações entre Memória e História Oral”. Universidad Autónoma de Baja California (UABC), México; Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), Brasil; Universidad de Colima (UdeC), México; Universidade Paulista (UNIP), Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, Brasil, Centro de Producción de Lecturas, Escrituras y Memorias (LEM), México. Evento híbrido - México-Brasil, novembro de 2022.

desaparecimento de todo aquele e aquela que ousasse se opôr à ordem constituída. A recusa à memória desses sujeitos históricos não responsabiliza o estado e normaliza violências sistêmicas que ameaçam, em última instância, a democracia.

Cientes desse lugar, provocamos a Universidade no sentido de implementar uma política de memória que garanta infraestrutura adequada para cadeia operatória de cuidados com a memória/história; garantindo a mediação ética dessa memória, o trabalho colaborativo com as demais instituições de ensino, instituições da sociedade civil organizada e a continuidade do trabalho de memória com o território.

## Referências

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação. **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro : estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Boaventura de Sousa Santos; Paulo Abrão; Cecília Macdowell dos Santos; Marcelo D. Torelly (orgs.). Brasília; Portugal: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 26–59. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/87245/1/Repressao%20e%20Memoria%20Politica%20no%20Contexto%20Ibero-Brasileiro.pdf> . Acesso em: 9 nov. 2021.

ADUSP. **O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

ALBERTI, Verena - O que documenta a fonte: memória como ação - Ouvir contar - Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMADA, Pablo Emanuel Romero. O NEGACIONISMO NA OPOSIÇÃO DE JAIR BOLSONARO À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, p. e3610608, 7 maio 2021. <https://doi.org/10.1590/3610608/2021> .

ANSARA, Soraia. Políticas de Memória X Políticas do Esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. **Psicologia Política**, v. São Paulo, 12, n. 24, p. 297–311, 2012.

BRAGATTO, Fernanda; PAULA, Luciana Araujo de. A memória como Direito Humano. **Relatório Azul 2011**, , p. 129–141, 2011.

BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**, n. v. 1. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf) . Acesso em: 4 jun. 2020.

COMISSÃO de Anistia planeja revisar mais de 4 mil pedidos negados. 30 mar. 2023. **Agência Brasil**. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/comissao-de-anistia-planeja-revisar-mais-de-4-mil-pedidos-negados> . Acesso em: 6 jun. 2023.

CVUSP, Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo. **Relatório Final da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 2018. Disponível em: [https://drive.google.com/drive/folders/17515AoDxTsOfLV\\_CfUXH6MzNjUBC7POZ](https://drive.google.com/drive/folders/17515AoDxTsOfLV_CfUXH6MzNjUBC7POZ) . Acesso em: 22 jul. 2022.

HEREDIA, Beatriz, LOPES, José Sergio Leite. Movimentos cruzados, histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros/organização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019. Disponível em: <https://cbae.ufrj.br/index.php/noticias/245-movcruzadospdf> . Acessado em 06 de junho de 2022

HOLLANDA, Cristina Buarque de; ISRAEL, Vinícius Pinheiro. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, 5 dez. 2019. DOI 10.1590/1678-987319277006. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rsocp/a/zJsRMGTHCLyvTghpc7VcL8k/?lang=pt> . Acesso em: 2 mar. 2023.

HOMMA, Luana Hanae Gabriel; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. Memória e reparação no Ensino Superior: uma análise das Comissões da Verdade Universitárias em São Paulo. **Revista Tempo e Argumento**, v. 13, n. 32, p. e0202–e0202, 23 mar. 2021. <https://doi.org/10.5965/2175180313322021e0202>.

OLIVEIRA, Sonale Diane Pastro de; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. A internet, um novo espaço de disputa pela memória da ditadura militar no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 159–181, 12 dez. 2013. <https://doi.org/10.5965/2175180305102013159>.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ROVAI, Marta Gouveia de O. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético In: ALMEIDA, Juniele R.; MENESES, Sônia. História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018

SANTOS, Boaventura de Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília MacDowell; TORELLY, Marcelo D. Os caminhos das democracias e as memórias políticas. **SANTOS, Boaventura de Sousa; ABRÃO, Paulo; SANTOS, Cecília Macdowell; TORELLY, Marcelo D. (orgs). Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro - Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal**. Brasília; Portugal: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

SANTOS, Cecília MacDowell. Memória na Justiça: A mobilização dos direitos humanos e a

construção da memória da ditadura no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 88, p. 127–154, 1 mar. 2010. <https://doi.org/10.4000/rccs.1719>.

VILELA, Pedro Rafael. Comissão de Anistia planeja revisar mais de 4 mil pedidos negados. **Agência Brasil**, Brasília, 30 de março de 2023. Direitos Humanos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/comissao-de-anistia-planeja-revisar-mais-de-4-mil-pedidos-negados>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

ZIMERMAN, Artur; SILVA, Sidney Jard; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. A Expansão do Campo das Políticas Públicas na Universidade Brasileira: o caso da UFABC. **Temas de Administração Pública**, v. 1, n. 6, 2010.